

Não existe saída para os trabalhadores dentro da democracia burguesa

nessas eleições defendemos o

VOTO NULO

ELEIÇÕES 2018

Pág 4

**SOBRE O
FASCISMO**

Pág 5

**GREVE DOS
CAMINHONEIROS**

Pág 8

EDUCAÇÃO

Pág 10

NICARÁGUA Todo apoio à luta dos trabalhadores e da juventude **Págs 6 e 7**



HISTÓRIA

Pág 11

**200 anos do
nascimento
de Marx**



HISTÓRIA

Pág 12

**80 anos da
fundação da
IV Internacional**

A guerra comercial deflagrada por Trump, que tem como principal inimigo a China, não perdoa seus parceiros históricos como o Japão, a União Européia (UE) e o Canadá. Este último é o principal importador dos Estados Unidos. Recentemente Trump fez um acordo bilateral com o México, deixando-o de fora.

O dado de crescimento econômico de 4,1% dos EUA, no segundo trimestre, é o maior nestes quatro últimos anos, mas muitos analistas consideram que ele seja relativo, afirmando que foi alcançado em razão do corte de impostos que deu um impulso ao consumo e ao mercado interno, somado ao crescimento das exportações causado pela corrida dos importadores para se anteciparem às tarifas mais altas que Trump anunciou. Dão como exemplo a soja. Também consideram que esse crescimento é difícil de ser sustentado e por isso o próprio Banco Central Norte Americano (FED) reconheceu isso e não aumentou as taxas de juros em agosto passado.

Trump tem por política exportar a crise econômica para os países semi-coloniais. E também tem cortado ajuda financeira a várias entidades e governos. Como resultado aumenta a instabilidade política em várias regiões do mundo.

No entanto, também há todo um setor de analistas de mercado que consideram que os Estados Unidos estão tendo uma recuperação econômica mais consistente. E o temor de que a guerra comercial entre EUA e China provoque mais "estragos" na economia dos países considerados "emergentes", diminui a disposição dos investidores de correrem riscos neles.

A alta do dólar fez crescer a crise econômica desses países. A África do Sul anunciou que pela primeira vez, desde 2009, entrou em recessão. A Argentina antecipou com o Fundo Monetário Internacional (FMI) o

refinanciamento de sua dívida. E a Turquia vê sua moeda, a Lira, perder valor. No Brasil, as eleições provocam uma postura defensiva dos investidores.

O FED sinalizou que poderá subir a taxa de juros mais duas vezes este ano se os sinais de recuperação se mantiverem sólidos. Se isso ocorrer, os investidores irão preferir sair de aplicações que consideram mais arriscadas, nos países "emergentes" e trocar pela dívida norte-americana que é vista por eles como mais segura. A velocidade da desvalorização do peso argentino parece estar mais ligada ao fato de que os investidores esperam medidas mais severas em relação ao corte de gastos públicos, como a redução de salários e também dos gastos em programas sociais.

A Rússia que vinha passando por uma grave crise econômica fruto dos embargos norte americanos e europeus, em razão da guerra civil na Ucrânia e anexação da Criméia, vê sua situação piorar em razão da desvalorização de sua moeda. Putin apresenta como parte da solução uma reforma previdenciária que, como todas as aplicadas em outros países, aumenta a idade mínima para a aposentadoria.

A Rússia que apóia Assad na guerra civil da Síria pretende participar da vitória no assalto final a Idlib, último reduto rebelde na fronteira síria com a Turquia. E essa ação realimentará o confronto com o imperialismo norte americano, francês e inglês. E também com a Turquia, pois ela dá apoio direto a vários grupos rebeldes nos territórios do norte da Síria, inclusive à Al-Qaeda.

O corte da ajuda militar ao Paquistão, das verbas ao Iraque e à Faixa de Gaza aumenta a crise econômica e a instabilidade política no Oriente Médio. No Iraque estão ocorrendo protestos contra o aumento do custo de vida e também contra o corte sistemático da energia elétrica. Os palestinos estão numa situação desesperadora, sem água,

eletricidade e medicamentos nos hospitais.

INCERTEZAS

Os manuais universitários de economia ensinam que uma das palavras que causam pavor nos capitalistas é a *incerteza*. Em razão dela, eles paralisam ou retraem sua "propensão ao investimento", a ampliação de seus negócios e a contratação de trabalhadores. Portanto, não aplicam seus capitais onde há mais riscos.

No Brasil, atualmente, o que prima é exatamente o clima de incerteza em razão da crise capitalista internacional e a eleição presidencial cujo resultado ainda permanece imprevisível.

O baixíssimo crescimento econômico de agora é resultado de uma combinação entre a profunda recessão de 2014 a 2016 e a incapacidade do país em garantir uma recuperação econômica.

Temer vai adiar o reajuste de servidores para 2020. Será mantido, porém, o reajuste para os militares, que custará R\$ 4,1 bilhões, e para o Judiciário, conforme acerto com ministros do Supremo Tribunal Federal. No entanto, esse mesmo STF suspendeu o reajuste salarial de 5% para os servidores do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e da Defensoria do estado do Rio de Janeiro. Os ministros do STF garantiram para si 16,38% de aumento salarial, muito acima do reajuste dos trabalhadores.

Temer fica cada vez mais isolado. Por isso, os candidatos do seu partido, MDB, querem manter distância dele. Um dos homens fortes de seu governo, Romero Jucá, deixa a liderança do mesmo no senado. Desejando se reeleger por Roraima, alega ser contra a política federal para os imigrantes venezuelanos, também numa tentativa de se descolar do presidente.

Mais de 80% do atual Congresso

Nacional pretende a reeleição. Isso significa que não haverá renovação. Até o momento, 93% das doações de campanha vêm de ricos empresários. Demonstração inequívoca de que o parlamento burguês nada mais é o antro dos representantes dos interesses da burguesia.

Temer foi incapaz de resolver a questão do tabelamento do frete, uma das reivindicações da greve dos caminhoneiros autônomos, deixando essa questão ser judicializada. Os setores empresariais entraram com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o tabelamento. O processo caiu nas mãos do juiz Luiz Fux que disse que não decidirá sozinho sobre o tema e que levará as três ações diretas de inconstitucionalidade (ADI's) sobre o assunto para análise diretamente no plenário da Corte e afirmou ainda que: "Estabelecer prazo é criar especulação econômica, tudo que não queremos. O Supremo tem que **garantir governabilidade**".

Esse é um exemplo de que os poderes executivo e legislativo federais, em um processo de "stand by", fazem com que o STF preencha esse vazio de poder, assumindo um papel que não é o dele ao tomar decisões de ordem econômica, como é o caso do tabelamento do frete e das terceirizações. No último caso, os ministros relatores do processo, Luis Barroso e Luiz Fux, votaram a favor de liberar a terceirização de trabalho em atividades-fim atendendo aos

interesses dos empresários e do governo. É isso que baliza a decisão do ministro Dias Toffoli, do STF ao conceder uma liminar (decisão provisória) pedida pela Petrobras para suspender os efeitos de uma derrota judicial sofrida pela empresa no Tribunal Superior do Trabalho (TST) cujo impacto para os cofres da empresa pode chegar a R\$ 17 bilhões. Os ministros são bastante "zelosos" com as contas públicas, mas não com a parte que vai para seus bolsos.

Já o ministro Gilmar Mendes e a maioria da segunda turma do STF têm suas preocupações voltadas em garantir a soltura de empresários e políticos presos, condenados em vários processos por corrupção.

As Forças Armadas, que é a base de sustentação do estado capitalista, está se mostrando incapaz para resolver a crise de segurança pública no Rio de Janeiro. E agora mostra a que veio. Vem sofrendo críticas pela violência de suas ações, além da denúncia da população que está tendo suas casas invadidas e roubadas por militares.

A decisão de Temer em enviar tropas do exército para Roraima, com poder de polícia, tem como objetivos o controle da fronteira com a Venezuela, com a distribuição de senhas. Medida equivalente a que os governos mais reacionários da Europa querem fazer com os refugiados da África e do Oriente Médio para limitar seu ingresso através do sistema de cotas. Bem como controlar a segurança pública em Roraima.

Não passa de uma medida inócua, pois o problema com os imigrantes só poderá ser resolvido através da solução da situação interna da Venezuela que vive uma crise enorme que não terá fim apenas com a saída de Maduro e da oposição burguesa. A intervenção de qualquer coalizão militar internacional também não será a solução, pois poderá dar ao imperialismo a possibilidade de intervir diretamente não só na Venezuela como também na região. A saída passa pela organização do proletariado em uma revolução que tome para si o poder e a organização de um novo estado que atenda aos interesses dos trabalhadores.

A crise por que passa Venezuela, Argentina, Brasil, Nicarágua é a expressão da decomposição dos estados capitalistas em nível internacional.

A burguesia espera reduzir sua crise política com as eleições. No entanto, qualquer governo que seja eleito será de crise. Já os reformistas colocam toda sua militância atual voltada em eleger seus candidatos. Colocam a luta dos trabalhadores em segundo plano e as ações sindicais fazem parte da campanha eleitoral dos candidatos do PT e PSOL. Exemplo disso são as direções do funcionalismo federal que recorrem ao STF quanto ao adiamento do reajuste para 2020. E, ainda como parte da "luta", exigem que o ministro que vai analisar a questão seja Lewandowski...

Quem semeia vento colhe tempestade!

O ataque sofrido por Bolsonaro, no dia 6 de setembro, é o resultado de sua campanha eleitoral, na qual defende o porte de armas por civis. Em Curitiba frente a dois mil apoiadores, em março deste ano, afirmou: "Arma é garantia de nossa liberdade", e "Na próxima vez quero ver 200 pessoas armadas aqui dentro". Também faz parte de seu repertório a frase "Fuzilar a petralhada" em referência aos militantes do PT.

A imprensa burguesa nacional e inter-nacional, todos os principais candidatos a presidente, os presi-dentes de todas as instituições do Estado brasileiro repudiaram o ataque a Bolsonaro, afirmando que o fato era um atentado à democracia o que é inadmissível. Geraldo Alckmin (PSDB) declarou que "qualquer ato de violência é deplorável". Álvaro Dias (Podemos) disse "Por isso a violência nunca deve ser estimulada. Eu não estimulo". Quando eram gover-nadores não agiam assim, pois por várias vezes os funcionários públicos de São Paulo e do Paraná foram violentamente reprimidos pela PM.

Dilma (PT) se utilizou da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) para reprimir as manifestações contra os gastos para a realização da Copa do Mundo de Futebol e das Olimpíadas, o que resultou na condenação de 22 jovens, entre eles Elisa Quadros, a Sininho, acusados de planejar e realizar protestos violentos.

Já Boulos (PSOL) afirmou que "violência... não pode tomar o lugar do debate político". Nas próximas ocupações ou desocupações de terra ou de edifícios, haverá um intenso debate político com a PM.

NÃO EXISTE SAÍDA PARA OS TRABALHADORES DENTRO DO REGIME BURGUEÊS: VOTE NULO!

As eleições deste ano são atípicas em relação a praticamente todas desde o fim do regime militar.

Deixaram de ser polarizadas principalmente entre PT e PSDB.

A crise econômica pela qual passa o país levou a uma divisão interburguesa expressa na pulverização eleitoral. Mas isso não significa que os projetos de governo sejam diferentes entre si. Na essência são absolutamente iguais. Apresentam somente pequenas nuances para se diferenciarem uns dos outros.

Em razão da corrupção eleitoral comprovada de candidatos, partidos, políticos eleitos, empresas estatais e privadas está proibido o financiamento eleitoral por pessoas jurídicas nestas eleições. O Congresso Nacional criou um Fundo Eleitoral de quase R\$ 3 bilhões do dinheiro público para serem distribuídos aos partidos. No entanto, é permitido que os candidatos banquem suas próprias campanhas ou recebam doações de pessoas físicas. O resultado disso é que o maior volume de campanha será dos candidatos ricos. Também os partidos darão maior peso aos candidatos já conhecidos como forma de manterem suas bancadas e garantirem o acesso ao fundo partidário. Como consequência, a renovação política será insignificante. Qualquer que seja o candidato eleito para presidente, a Reforma da Previdência será pautada logo no início de seu mandato. Como a maioria dos parlamentares eleitos já discutiu esse tema, a tarefa ficará mais fácil.

A tática de "vitimização" de Lula e do PT teve como objetivo evitar que eles se transformassem em alvo preferencial das outras candidaturas. Inclusive isso permitiu que Lula crescesse nas pesquisas eleitorais e se mantivesse em primeiro lugar nas intenções de voto.

Agora, o PT se apóia em uma resolução de um órgão de direitos humanos da ONU, uma das principais instituições do imperialismo. Apesar disso, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu (6X1) que Lula é inelegível em razão da lei da "Ficha Limpa", votada por unanimidade no Senado e sancionada pelo próprio Lula.

A manutenção da candidatura de Lula a um mês das eleições é uma jogada de aposta alta, pois exigirá que o PT

consiga transferir a intenção de voto em Lula para Fernando Haddad.

Jair Bolsonaro (PSL) não é a expressão de um fenômeno tipicamente brasileiro. É parte do rebaixamento do nível de consciência das massas em nível mundial o que possibilitou o surgimento de grupos, organizações e partidos reacionários e de extreme direita como na Europa, EUA e América Latina.

No Brasil, o crescimento desse tipo de posição foi possível pela política do PT que desde o primeiro mandato governou em aliança com a burguesia, enterrando a política de independência de classe dos trabalhadores. Em 2013, frente à incapacidade do governo de Dilma de aplicar as reformas no ritmo e profundidade exigidos, a burguesia começou a retirar seu apoio. A grande parte da classe média se cansou dos governos petistas. A partir daí, as posições racionárias antes ditas em "surdina" começam a ser expressas publicamente, inclusive a volta dos militares para acabarem com a corrupção.

Bolsonaro aparece nas pesquisas em 1º lugar sem Lula. É um dos nomes que podem ir para o segundo turno ainda que com um altíssimo índice de rejeição. É um candidato sem partido e sem programa que defende a volta dos militares ao poder. Tem um discurso de temas pontuais: porte de armas, escola sem partido, redução da maioridade penal para 16 anos, machista, homofóbico, racista, xenófobo, anticomunista e antipetista.

Os melhores colocados nas pesquisas depois de Bolsonaro são Marina Silva (Rede) e Ciro Gomes (PDT). A primeira, que sempre pautou a defesa do meio ambiente, agora afirma que é possível fazer acordos com o setor empresarial do agronegócio. Já o burguês Ciro Gomes diz defender os trabalhadores e diz que vai apresentar outra reforma da

Previdência. Não revela qual é, mas seu economista de campanha declarou em uma entrevista que pretende rebaixar o teto máximo do INSS de R\$ 5645,00 (atual) para R\$ 4.200,00 a fim de combater os privilégios.

Geraldo Alckmin (PSDB), o preferido da burguesia industrial e financeira do Sudeste tem o maior tempo de campanha na TV. Apresenta índices de pesquisa muito baixos e mostra dificuldade em impulsionar sua candidatura para chegar ao segundo turno.

A divisão não ocorre só entre os burgueses. A crise política também tem seus reflexos nos partidos reformistas. A maioria das organizações chamadas de "esquerda" se abrigaram sob a sigla do PSOL. Apesar de defenderem o direito de Lula ser candidato, não fizeram coligações com o PT. Todas elas foram contra o *impeachment* de Dilma, no entanto, a partir do envolvimento de vários petistas nas investigações da "lava jato", estabeleceram uma política de afastamento do PT. O PSOL e todas as organizações que se abrigam sob sua sigla apresentam seus candidatos com programas reformistas. Defendem reformas nas instituições decompostas do estado burguês. Guilherme Boulos, líder dos sem-teto paulistanos, só se filiou ao PSOL mediante a garantia de que seria candidato a presidente.

Defende democratizar a economia e o regime burgueses. O filósofo Guilherme Boulos parece desconhecer que a economia e as instituições têm caráter de classe e que, portanto, no estado capitalista são burguesas.

O PCdoB continua o mesmo. Faz aliança com o PT em nível nacional, mas nos estados faz coligação com quaisquer partidos.

Não existe saída para os trabalhadores dentro do regime burguês. Por isso defendemos o VOTO NULO.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O FASCISMO

A partir do afastamento da presidente Dilma (PT) pelo processo de impeachment e, agora, com a proximidade do calendário eleitoral, intensificou-se nas organizações centristas e nos partidos reformistas o discurso do avanço do conservadorismo e da real possibilidade do advento do fascismo via processo eleitoral, materializado nas intenções de voto do deputado e candidato à presidência pelo PSL, Jair Bolsonaro. Dessa forma, diante de uma "ameaça fascista", esses partidos e organizações conclamam a classe trabalhadora a se agarrar à democracia burguesa e, através do voto em seus candidatos, impedir tal ameaça. Alguns defendem, inclusive, uma frente (eleitoral) de "esquerda" como única saída política para os trabalhadores contra o fascismo.

É necessário, assim, realizarmos algumas considerações sobre o fascismo e a democracia burguesa. Em primeiro lugar, o fascismo, assim como a democracia burguesa, são instrumentos de dominação da burguesia monopolista que os utiliza conforme condições históricas e apoiados em diferentes combinações de classe. "Sobre as condições históricas, o fascismo desenvolveu-se no contexto da disputa entre o imperialismo e a ditadura revolucionária do proletariado" (Trotsky, As lições da experiência italiana) e, portanto, é definido pela "destruição sistemática de todas as formas de organização independente das massas.(...) a essência e a função do fascismo consistem em abolir completamente as organizações operárias e impedir o seu restabelecimento(...) É precisamente esse sistema particular de reação capitalista que entrou na história sob o nome de fascismo" (Trotsky, Revolução e Contrarrevolução na Alemanha). Sobre as diferentes combinações de classe, as formas de dominação imperialista também se diferem. Enquanto que na democracia, a burguesia se apoia nas organizações dos trabalhadores e suas direções adaptadas, no fascismo a burguesia se apoia na pequena burguesia para, sobretudo, destruir as organizações operárias.

Desse modo, sendo o fascismo uma forma de dominação imperialista, "a mais selvagem e abominável forma do imperialismo" (Trotsky, O fascismo e o mundo colonial), não é possível sua existência histórica nos países semicoloniais, como o Brasil. Não há burguesia monopolista nos países semicoloniais que se caracterizam,

por sua vez, por uma dupla dominação presente na débil burguesia nacional, dependente da burguesia monopolista e burocracia sindical que conforma a base social do Estado. Nos países semicoloniais, a luta contra o fascismo é a própria luta contra o imperialismo. Trotsky coloca a questão da seguinte forma: "Alguns países são os condutores do imperialismo, outros, suas vítimas. Esta é a linha divisória fundamental entre os estados e nações modernos. Desta perspectiva, e somente a partir desta, há que considerar o problema tão complexo do fascismo e democracia" (Fossa, M-).

Assim, os países semicoloniais podem até assumir regimes "semi-fascistas" como nas ditaduras civis e militares presentes em suas histórias recentes, como nos países latino americanos, principalmente o Brasil. Contudo, essas ditaduras são mantidas e apoiadas por países imperialistas, na maioria das vezes "democráticos". Isso porque o imperialismo "não luta por princípios políticos, mas por mercados, colônias, matérias-primas, pela hegemonia sobre o mundo e sobre suas riquezas" (Fossa, M - Uma entrevista com Leon Trotsky), independente da forma de dominação utilizada em cada momento histórico.

Direcionar a classe trabalhadora para saídas eleitorais como forma de resistir ao suposto fascismo de um candidato que não possui base material, além de setores da pequena burguesia, é condenar, de forma traiçoeira e irresponsável, a classe trabalhadora à derrota diante das políticas imperialistas de ataques que estarão na pauta de qualquer governo democrático que se forme no próximo período. E, independente do princípio

político mais progressista ou reacionário, o governo de plantão utilizará de todos os métodos de repressão aos trabalhadores para aplicar tais políticas. Ou seja, o papel assumido pelas direções dos movimentos de trabalhadores é cada vez mais um entrave à resistência organizada contra as políticas de austeridade e aumento da exploração. "Nos países da América Latina, os agentes do imperialismo 'democráticos' são particularmente perigosos, porque são mais capazes de enganar as massas que os agentes declarados dos bandidos fascistas"(Fossa, M - Uma entrevista com Leon Trotsky).

Na atual conjuntura de crise econômica e política, a política para os trabalhadores não pode ser definida pelas eleições, mas pela necessidade de construção do partido revolucionário que organize a classe trabalhadora para resistir aos ataques imperialistas que estarão na agenda de qualquer governo eleito, esteja sob uma máscara mais democrática ou ditatorial. Nós, revolucionários, "devemos ensinar os operários a odiar e a desprezar os agentes do imperialismo, pois eles envenenam a consciência dos trabalhadores; nós devemos explicar aos operários que o fascismo é apenas uma das formas do imperialismo, que nós não devemos lutar contra os sintomas exteriores da doença, mas contra as suas formas orgânicas, ou seja, contra o capitalismo"(Fossa, M - Uma entrevista com Leon Trotsky). Não há saída para a classe trabalhadora nos marcos da dominação imperialista, independente da forma de dominação que utilize.

NICARÁGUA

**Sob brutal repressão e mais de 400 mortes, segue a luta
contra os ataques do Governo Daniel Ortega e FMI**

A Nicarágua, semi colônia centro americana que possui uma importante história de lutas, está envolvida atualmente em uma profunda crise política, o maior conflito desde a insurreição Sandinista, que derrubou a ditadura da dinastia Somoza em 1979. A instabilidade do governo de Daniel Ortega define mais um capítulo na deflagração e no desenvolvimento das crises políticas que têm assolado diversos países, e a América Latina não ficaria imune, assim intensificam-se processos de crises na América central como em Honduras, na Guatemala, no Haiti e como também na América do sul com a crise do governo Maduro na Venezuela, com a crise política no Brasil e com a crise da Argentina com Mauricio Macri.

O governo de Daniel Ortega está ancorado em acordos com Imperialismo, em investimentos chineses, foi, além disso, apoiado e financiado pela Venezuela. O "Socialismo do século XXI" é marca da política de Ortega, tanto que uma de suas principais medidas após seu retorno ao poder em 2007 foi acabar com a cláusula que limita as reeleições para se perpetuar na presidência. Lança mão continuamente de mecanismos autoritários como acordos informais, acumulação de poderes políticos e a forte repressão para governar. Centrais sindicais têm laços políticos estreitos com a FSLN e estão, hoje, cooptadas e aparelhadas ao governo, que mantém também forte influência sob os movimentos sociais.

Portanto, os laços com o chavismo eram estreitos e recebeu durante muito tempo apoio político e econômico venezuelano, isto explica a fonte de financiamento dos negócios de Ortega e de toda a política assistencialista em que sustentava seu governo. A queda dos preços do petróleo fez secar a torneira, o que faz intensificar-se a debilidade econômica nicaraguense. Hoje, a realidade da condição de vida do povo nicaraguense é revelada. Os índices econômicos que se mostravam "positivos" nos últimos períodos se diluíram com a crise. O salário mínimo (valor de 11/2017) em média não compra metade da cesta básica.

O fato é que Ortega, diante da escassez de sua principal fonte de financiamento, não perdeu tempo em buscar uma saída e fechou um acordo com o FMI, que em fevereiro deste ano, após a visita de um corpo técnico, publicou uma nota que dizia que o

acordo estava condicionado a uma profunda reforma da seguridade social, que foi decretada em 18 de abril.

Este foi o estopim para os confrontos dos últimos meses. O decreto de regulamentação de reforma da previdência reduzia as aposentadorias em 5% e aumentava as contribuições das empresas para 22% para resgatar o Instituto Nicaraguense de Seguridade Social (INSS), somava-se a um pacote de cortes da seguridade social. Com esta reforma previdenciária a contribuição trabalhadores passaria dos atuais 6,25% para 7% e, assim, o governo pretendia arrecadar a mais 250 milhões de dólares (cerca de 854 milhões de reais).

Os primeiros protestos aconteceram na capital Manágua, no mesmo dia da publicação do decreto, já com confrontos entre manifestantes e membros da Juventude Sandinista, base paramilitar do governo. As manifestações se espalharam e em 22 de abril, Ortega revogou a reforma, mas os protestos e confrontos continuaram e agora somente a revogação a reforma não basta, o que está em xeque é o governo. Os manifestantes querem a renúncia de Ortega no poder a 11 anos e para permanecer governando Ortega se vale de brutal repressão até agora com 440 mortos.

Desde então, o país explode com mobilizações massivas, a juventude e os aposentados estiveram a frente das manifestações, os estudantes universitários ocuparam a Universidade Nacional Autônoma da Nicarágua (Unan), outras universidades importantes foram fortemente mobilizadas, a partir daí outros segmentos sociais entraram em cena, movimentos sociais das cidades e do

campo. Na capital, Manágua foram registrados os maiores números de confrontos e mortes, mas também há um grande foco de resistência em Masaya (motor da insurreição contra Somoza), cidade que em 19 de junho declarou-se "território livre" e nomeou uma junta de "autogoverno", onde a população local bloqueou estradas e levantou barricadas nas ruas. O tradicional bairro indígena de Monimbó, na zona oriental da capital é palco dos enfrentamentos mais duros. No pequeno povoado de Niquinonho, no interior, onde nasceu Sandino, importantes enfrentamentos também aconteceram.

Ortega, desta forma, escancara o aparato repressivo que sustenta seu governo e intensifica o bonapartismo próprio desses regimes, conta com a força de milícias paramilitares que o regime organizou e armou e que funcionam como um grupo de choque paralelo à polícia e ao exército, que também foram convocados para reprimir manifestantes em Masaya. Diante desse cenário de brutal repressão, iniciou-se há várias semanas um intenso fluxo de imigrantes que abandonam o país rumo principalmente à Costa Rica.

Está claro que há uma instabilidade cada vez maior do governo de Daniel Ortega e uma boa parte da esquerda internacional aferra-se a sua política reformista e sustenta a patética ilusão de que esta crise de algum modo é um complô articulado pelos EUA. Esquecem-se que todo esse processo começa com a aplicação de um acordo entre o dito "guerrilheiro" com um dos mais centrais organismos do imperialismo.

Desta forma, cabe reafirmar que quando da derrubada da ditadura de

Somoza não houve revolução, o que se assistiu foi a conformação de governos que imprimiram uma dinâmica de aproximação e colaboração de classes e não a planificação da economia com expropriação da propriedade privada sob a égide da ditadura do proletariado. A FSLN (Frente Sandinista de Libertação Nacional), portanto, se estruturou sob as bases sociais e políticas do governo ditatorial que derrubou e, assim, consolidou-se no poder.

Enveredou-se, pois, em um processo de burocratização e de adaptação, que culminou na manutenção das bases econômicas e políticas próprias do

Diante desse cenário, a estratégia do governo é desgastar e desarticular a forte mobilização, para tanto uma mesa de negociação foi estabelecida, por intermediação da Igreja católica. Busca-se uma saída para a crise que permita a Ortega, seus asseclas e familiares preservarem principalmente seus interesses políticos e econômicos. Neste momento trava-se uma disputa sobre o desenlace da crise, sobre como ficará nos próximos períodos a conformação do poder político nicaraguense. O fato é que Ortega está cada vez mais isolado, frente à esta disputa procura ganhar tempo e tenta costurar um acordo.

marcos da institucionalidade do "direito de votar". Assim, a Aliança cívica joga com a renúncia de Ortega e a antecipação das eleições presidenciais de 2022 para o ano que vem, logo, a saída para a crise passaria unicamente pelos marcos da democracia burguesa. Cabe não se esquecer, que esta burguesia esteve estreitamente alinhada com o governo e somente rompeu com Ortega em maio, quando se intensificou a crise.

Neste momento, trava-se a batalha política para o desenvolvimento da luta contra o governo. Diante do bonapartismo é necessário o armamento dos trabalhadores para a



regime democrático burguês, principalmente a partir da década de 90, quando em acordo com o Imperialismo e com outros setores da burguesia nacional, convoca eleições e Daniel Ortega é derrotado nas urnas, mergulhando o sandinismo em uma longa crise.

Ortega só retornaria ao poder em 2006 por meio de uma aliança com políticos "conservadores" e com a Igreja católica. A partir daí se expressa o vultuoso aumento do patrimônio da família Ortega, que beberam o leite farto que jorrava do petróleo Venezuelano. Hoje, dirigem a empresa que negociou a instalação do canal que a China está construindo e que ligará o oceano Atlântico ao Pacífico. Seus irmãos controlam três canais de TV e diversas rádios e jornais. Controlam também a relação com todos fundos privados de pensão, além de Rafael Ortega dirigir com sua esposa, a distribuidora de Petróleo da Nicarágua.

Está claro, portanto, que a ascensão das massas na Nicarágua, não incomoda somente o governo, mas também o conjunto da burguesia, que se articula por meio de seus organismos e passa a ocupar espaço na mobilização dos protestos, para tanto conformou a Aliança Cívica, frente formada por patronais congregados na COSEP (Conselho Superior da Empresa Privada), de capital transnacional, organizações camponesas e estudantis, e outros organismo da sociedade civil. Esteve à frente das principais mobilizações, marchas e "Greves gerais" de 24 horas, como a do último dia 26, quando 19 ativistas foram presos.

O fato é que é a Aliança cívica quem está apontando os rumos dos protestos; a classe trabalhadora organizada não tem sido protagonista, pois as centrais sindicais jogam contra, traem o movimento, não mobilizam e defendem o governo que as sustenta. A questão é que as reivindicações se limitam nos

ação da autodefesa. A classe trabalhadora precisa se pôr em movimento, somente os trabalhadores organizados da Nicarágua serão capazes de desmascarar a farsa da Aliança Cívica, da FSLN e da Igreja católica. É fundamental combater as direções sindicais traidoras, para tanto, é necessário que estejam à frente das mobilizações, cumprindo as tarefas capazes de pôr fim à Reforma da Previdência, isto só será possível pela construção com total independência de classe da greve geral por tempo indeterminado. Somente com um programa que apresente as reivindicações e os métodos próprios da classe, os trabalhadores serão capazes de pôr abaixo não só o clã de Daniel Ortega, mas também o conjunto da burguesia. Para tanto é fundamental a construção do Partido mundial da revolução socialista, a reconstrução da IV Internacional para levar os trabalhadores e os povos oprimidos à vitória.

CAMINHONEIROS: RETRATO DA CRISE ECONÔMICA E POLÍTICA DO PAÍS

A mudança na política de preços dos combustíveis da Petrobrás foi o estopim, em maio deste ano, de uma massiva paralisação dos caminhoneiros que comprometeu a produção e a circulação de mercadorias e, portanto, o abastecimento de grande parte do país. Os caminhoneiros autônomos (proprietários de seus caminhões) utilizaram as formas de luta próprias do proletariado para tentar baixar os preços dos combustíveis, paralisando e bloqueando rodovias, em 21 de maio, em 24 estados do país e no Distrito Federal. Suas condições materiais de existência foram afetadas pela redução da demanda produtiva, degradadas pelas péssimas condições de trabalho, queda dos valores do frete, jornadas extensas, constantes aumentos do combustível e dos pedágios, das prestações dos veículos e do custo de vida.

Em razão da crise econômica e política e de acordo com as políticas do governo de enxugamento de gastos, a Petrobrás mudou os critérios de reajuste e subsídios dos combustíveis, aplicados desde julho de 2017, e adotou a política de preços flutuantes dos combustíveis. O aumento de preços dos combustíveis alcançou 21,48% nos últimos 12 meses segundo o IBGE, e segue em alta. Contudo, a política de preços aplicada pela Petrobrás não foi identificada pelos caminhoneiros e suas direções, no início da greve, como causa direta e principal do aumento constante dos preços dos combustíveis. Pelo contrário, a principal pauta do movimento consistia na retirada dos "penduricalhos" que são o PIS/Cofins e o CIDE (impostos) agregados ao combustível. A tributação chega a 45% do preço final, sendo 16% só de PIS/Cofins, de competência da União. A CNTA – Confederação Nacional Transportadores Autônomos apresentou, 5 dias antes do início da paralisação, ofício ao governo exigindo o congelamento do diesel e

abertura de negociações e aventou a possibilidade da paralisação frente a ausência de resposta do governo. Dois dias após o início da paralisação, o governo acenou com a redução do PIS/Cofins com a contrapartida da reoneração da folha de pagamento. A proposta foi rejeitada e a ABCAM – Associação Brasileira dos Caminhoneiros Autônomos – que representa cerca de 600 mil caminhoneiros no âmbito nacional, começou a tomar a frente do processo. O presidente da entidade, José da Fonseca Lopes, filiado ao PSDB, apresentou a pauta reduzida de reivindicações com a bandeira da "desoneração fiscal" e o fim da cobrança pelos pedágios sobre os eixos suspensos dos caminhões, pois afirmou que o "grande problema que o país está atravessando, não só com o caminhoneiro, é o problema do combustível. Tá muito caro, aumenta a cada dia. No caso do transporte autônomo, tem que tirar os 'penduricalhos', que são o PIS/COFINS e o CIDE (impostos)". Logo, para essa direção, o problema não estaria ligado a grave crise econômica e política que atravessa o país, cuja "marolinha" transformou-se, numa velocidade vertiginosa, em "tsunami" que arrastou o país à recessão.

Contudo, ao perceber que a mobilização e a luta ganhavam dimensões expressivas e que havia uma fissura aberta no processo produtivo, estas direções buscaram inviabilizar a continuidade da greve. A ABCAM chamou os caminhoneiros à paralisação e não conseguiu conter a radicalização da mobilização fortemente apoiada pela população do país, ainda que desabastecida.

O governo Temer, completamente enfraquecido e paralisado pela crise atravessada, instituiu um Gabinete de Segurança Institucional comandado por Sergio Etchegoyen e os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil), Grace Mendonça (AGU), Raul Jungmann (Segurança Pública) e Joaquim Silva e Luna (Defesa). Com apenas o atendimento parcial das reivin-

dicações pelo governo, os ânimos ficaram acirrados e a vanguarda dos caminhoneiros buscou manter a mobilização da categoria com a manutenção dos piquetes e bloqueios das rodovias. Em períodos de grave crise econômica, a pequena burguesia pode utilizar-se de estratégias e táticas testadas na luta de classe pelo proletariado. Por sua vez, as direções sindicais traidoras dos caminhoneiros autônomos procuraram fragmentar e isolar a vanguarda e a resistência que lutava por permanecer mobilizada e paralisada.

O governo Temer acionou a GLO (Garantia de Lei e Ordem) e colocou as forças de segurança nacional para desobstruir estradas e reprimir os grevistas. O comandante do Exército, General Eduardo Villas Bôas determinou a mobilização de todo o efetivo da força para ser empregada na operação de desobstrução das vias ocupadas pelos caminhoneiros. O ministro de Segurança Pública reforçou as investigações policiais contra suspeitas de locaute, paralisação patronal que buscou se beneficiar e acrescentar suas demandas patronais à pauta de reivindicações dos caminhoneiros em luta. O aparato policial estatal acelerou suas engrenagens para triturar a luta dos caminhoneiros.

O Poder Judiciário, que cumpre papel auxiliar nessa política, deliberou ações judiciais contra as empresas e os caminhoneiros que se negaram a cumprir a decisão do Supremo Tribunal Federal, que determinava a liberação de todas as rodovias brasileiras. Assim, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes acatou um pedido da Advocacia-Geral da União e multou em 141 milhões de reais os que ousaram estrangular as veias da circulação produtiva. Não satisfeitos com o duro golpe aos caminhoneiros autônomos e a fração em disputa interburguesa, a AGU pediu uma ampliação da multa na ordem de 339 milhões de reais.

Durante o processo de paralisação dos caminhoneiros, os trabalhadores petroleiros liderados pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) e pela Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) iniciaram uma greve de 72h no dia 30 de maio em apoio; chamaram apoio aos caminhoneiros e realizaram alguns atos. Contudo, apresentaram uma pauta que questionava os preços dos combustíveis, do gás de cozinha e pediam a saída de Pedro Parente da presidência da empresa, além da suspensão do programa de venda de ativos da Petrobrás. Não comprometeram a produção, pois com a paralisação dos caminhoneiros, os tanques estavam abarrotados de derivados petrolíferos. Dessa forma, realizaram uma greve que não provocou nenhuma desordem na produção. Não colocaram na ordem do dia a necessidade de organização e greve geral dos trabalhadores para barrar os ataques do governo, incluindo a política de preços e privatização da Petrobrás, que jogam nas costas dos trabalhadores e da população mais pobre os custos da recessão econômica do país.

Mais nefasto ainda foi o papel exercido pelas centrais sindicais durante o processo. Em nota divulgada e assinada pela CUT, Força Sindical, UGT, CTB, Nova Central e CSB, as centrais "decidem se colocar à disposição como mediadoras na busca de um acordo que solucione o caos social para o qual o País caminha". Mais uma vez se colocaram a margem dos processos abertos com possibilidade de inserção da classe trabalhadora organizada, arrastando setores da pequena burguesia nos contextos de luta. Pelo contrário, a burocracia sindical atua como principal obstáculo à emancipação da classe trabalhadora.

Temer, mergulhado na crise política que assola o seu governo e as

instituições políticas do país atingidas por inúmeras acusações de corrupção ativa e passiva, inerentes ao sistema capitalista, observou o naufragar da sua base de sustentação junto aos investidores e empresários, com a saída de Pedro Parente da Petrobrás. Apresentou e sacrificou o



bode expiatório no intuito de conter o impacto da política pública de preços flutuantes dos derivados de petróleo. Assim, pode garantir a continuidade das políticas de privatização da empresa, de desvalorização da força de trabalho e a degradação dos setores produtivos da Petrobrás. Contudo, agregou-se mais um elemento de crise no governo. A saída de Pedro Parente provoca uma queda de 40 bilhões de reais no valor de mercado da Petrobrás.

Os especialistas burgueses têm buscado meses depois de findada a greve, calcular seu impacto sobre a economia do país; os prejuízos causados pelos bloqueios nas rodovias já estão bem evidentes para dezenas de setores. Alguns analistas calculam uma perda de produção econômica de 30 bilhões de reais. Já o custo fiscal do acordo firmado na redução de impostos acarretou, inicialmente, cerca de 8 bilhões. Todo o esforço do governo agora é utilizar a greve dos caminhoneiros como catalisador da recessão econômica

em que o país está mergulhado, numa tentativa de reverter o apoio da população aos caminhoneiros.

A greve dos caminhoneiros foi o retrato de um país mergulhado numa profunda crise econômica e política cujos processos abertos de luta foram traídos pelas direções dos

trabalhadores organizados. A pequena burguesia não possui projeto político próprio e, portanto, o movimento de luta dos caminhoneiros e sua direção foram intensamente disputados. Esse foi o limite encontrado pelos caminhoneiros. Só a classe trabalhadora organizada pode, com seus métodos de luta, reverter o quadro de ataques que está posto na atual conjuntura do país, bem como nos demais países semicoloniais da América Latina. Nesse sentido, aprofunda-se a traição das direções dos movimentos que assumem, cada vez mais, a função de frear qualquer possibilidade de luta organizada, empurrando os trabalhadores para os pleitos da democracia burguesa. Para tanto é urgente a construção do Partido Revolucionário que opere as tarefas colocadas para o proletariado, no Brasil e na América Latina, contra a exploração cada vez maior advinda das políticas imperialistas para a região.

REFORMA DO ENSINO MÉDIO

A reforma do Ensino Médio é apresentada pelo governo federal, governadores e prefeitos como "remédio" para o baixo desempenho dos alunos das escolas públicas do Ensino Médio. Também é defendida por todos os setores da burguesia e, de forma disfarçada, pelo PT.

Nenhum estado atingiu a meta do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2017 no ensino médio e cinco estados apresentaram redução no valor do índice.

O ministro da Educação Rossieli Soares, afirmou que há uma "necessidade muito grande de fazermos logo mudanças estruturantes" e destacou a reforma do Ensino Médio.

O que quase não se comenta é que apenas 23% das escolas da rede privada que participaram atingiram a meta estipulada pelo Ideb.

O MEC estipulou que faria uma "consulta pública" entre os alunos, pais, professores sobre a Base Nacional Comum (BNCC) no dia 3 de agosto e chamou esse dia de "D". Foi uma farsa em que as equipes de direção foram treinadas para apresentarem dados mentirosos e inclusive confundirem os professores. Uma armadilha para que se discutisse competência e habilidades no currículo dividido por áreas.

No entanto, a maioria dos professores identificou a manobra dos governos e a denunciaram.

A importância dessa reforma para os governos é crucial. Não querem mais aplicar dinheiro na Educação Pública. E como forma de desviar esse dinheiro, aplicam uma redução do currículo em 40% e apresentam as disciplinas organizadas por "áreas de conhecimento". A questão é: quem vai estar na sala de aula? A intenção dos governos é que haja apenas um professor por área.

O Senai está aplicando essa reforma como experiência em cinco estados

(uma cidade por estado). O professor vai para a sala de aula com um kit, com todo o material necessário para a aula, já que ele irá ministrar o conteúdo de várias disciplinas. O Senai afirma que está dando certo. Só não diz que existe seleção para cursar essas escolas...

Em relação ao desemprego que essa reforma irá trazer, basta fazer um cálculo bem simples: O ano letivo tem 200 dias ou 40 semanas; se são dadas 6 aulas por dia (no diurno), serão 1200 aulas por ano que perfazem 3600 aulas nos três anos do ensino médio. A reforma reduz essa quantidade em 40%, o que significa que os três anos terão 2160 aulas. Essa quantidade dividida para cada ano é de 720 aulas! Vamos continuar, o número de aulas por semana será de 18 aulas. Agora ainda são dadas 30 aulas no diurno por semana. Imaginem quantos professores ficarão sem aulas! E quais serão escolhidos para permanecer nas escolas?

Está bem explícito que os outros 40% do tempo serão atribuídos para o que os governos estão chamando ensino profissional. No entanto, ao contrário do que afirmam, as escolas não oferecerão o que o aluno quer cursar. Será exatamente o contrário, o aluno irá cursar o que a escola oferecer. E esses cursos serão oferecidos pela iniciativa privada, através de OS, escolas privadas, Sistema S, Ong's.

Por isso afirmamos que a reforma do Ensino Médio é uma medida que irá privatizar o ensino público.

Para finalizar, é bem possível que se essa reforma for aplicada, algumas escolas vejam seus índices melhorarem no Ideb. Mas não será porque os alunos estão assimilando mais o que é ensinado, mas sim porque nessas escolas haverá seleção de alunos ou através de provas ou através das notas obtidas no ensino fundamental.

Se não for assim, como os governos irão permitir o acesso de um número maior de alunos que a escola comporta?

Em Pernambuco, as escolas de ensino médio são administradas pela iniciativa privada. E foi o método pedagógico utilizado que serviu de modelo para a proposta de reforma da educação apresentada pelo governo federal.

Desse modelo podemos saber que os professores e a equipe de direção da escola são SELECIONADOS. Leia o que o site Universia publica: "Os empresários conseguiram o apoio para a criação de uma lei estadual que definisse uma política de remuneração de professores com tempo integral e de admissão e seleção de docentes e diretores".

Não se enganem, o Universia é a rede universitária de referência para a Ibero América e desde a sua criação conta com o mecenato do Banco Santander. Traduzam mecenato para "ensino público não mãos dos bancos".

O PT apóia a reforma do ensino médio. Em Minas Gerais, o governador Pimentel (PT) tenta implantar às pressas essa reforma desde novembro de 2017.

A CNTE não chamou nenhuma ação concreta contra a reforma e quando, em nível nacional, houve um enorme repúdio tanto por parte dos setores ligados à educação quanto pelos professores como resultado do "dia D", se calou. Não chamou uma greve geral da educação contra a reforma.

A direção da Apeoesp também nada fez, pois está mais preocupada em fazer campanha eleitoral dos candidatos professores.

E isso não é só uma política dos diretores ligados ao PT e PCdoB. As correntes internas do PSOL também estão voltados para as campanhas de seus candidatos. Prova contundente disso é que houve acordo, no último CER, de marcar uma Assembléia Estadual para 21 de setembro, vésperas do dia de votação.

Para revogar a reforma do ensino médio é necessária uma greve nacional da educação! Que a CNTE cumpra seu papel!

200 ANOS DE KARL MARX: PARA ALÉM DO MARXISMO FESTIVO

Em 5 de maio celebrou-se o bicentenário do nascimento de Karl Marx. Entre publicações, biografias, eventos e até solenidades parlamentares em homenagem a sua importância histórica e força de sua teoria, consideramos imprescindível, no atual contexto de crise estrutural do capitalismo, recuperar o caráter militante e revolucionário de sua obra, esquecida pelo revisionismo intelectual e pelo reformismo político.

Marx, juntamente com Engels, desenvolveu a partir da economia política inglesa e da filosofia clássica alemã um estudo sistematizado sobre o capitalismo, expondo suas contradições, oferecendo a fundamentação científica ao socialismo já existente, além do terreno de atuação do proletariado organizado. Ambos desenvolveram a base científica do comunismo no seio das organizações e movimentos operários da Europa, combatendo toda a sorte de teorias utópicas, anarquistas e reformistas. Marx imprimiu um caráter materialista para a dialética hegeliana, estabelecendo como ponto de partida do conhecimento histórico o modo de produção humana, ou seja, a produção material da vida e sua forma correspondente de trocas e relações sociais. Disso decorrem algumas questões importantes. Para Marx, o desenvolvimento das forças produtivas entra em contradição com as relações sociais de produção existentes, e é nesse terreno que se trava a luta de classes como o motor de desenvolvimento histórico. As condições de uso das forças produtivas são as condições de dominação de uma classe sobre a outra; "o poder social dessa classe, decorrendo do que ela possui, encontra regularmente sua expressão *prática* sob a forma idealista no tipo de Estado peculiar a cada época" (A ideologia alemã). Em outras palavras, o Estado é a expressão do caráter irreconciliável de classes, pois é a forma de dominação de uma classe sobre a outra.

Na sociedade capitalista, o Estado não pode ser outro que não o Estado burguês e é principalmente na omissão do caráter de classe do Estado, ou seja, a garantia das relações sociais que estruturam o domínio de uma determinada classe, que se encontram as principais distorções programáticas das organizações reformistas e centristas. Sendo o

Estado moderno "um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa" (Manifesto Comunista), a emancipação histórica dos trabalhadores não é possível sem a sua completa destruição, ainda que este possua instituições mais "democráticas" ou governos de frente popular. Para Marx, a luta central é pelo poder político, na disputa do Estado como forma de garantir a dominação de classe. Para o proletariado, isso só é possível através de um processo revolucionário, pela "derrubada violenta da burguesia", pela destruição do Estado burguês. "(...) esta revolução não se faz somente necessária,



Túmulo de Karl Marx, cemitério de Highgate, Londres

portanto, só por ser *o único meio de derrubar a classe dominante*, ela é igualmente necessária porque somente uma revolução permitirá que a classe *que derruba a outra* varra toda a podridão do velho sistema e se torne apta a fundar a sociedade sobre bases novas" (A ideologia alemã). No processo revolucionário, o Estado como poder político de dominação de classe subsiste como instituição transitória, de uso do proletariado organizado para submeter seus adversários e instaurar as bases do comunismo. "Entre a sociedade capitalista e a comunista, situa-se o período da transformação revolucionária de uma na outra. A ele corresponde também um período

político de transição, cujo Estado não pode ser senão a *ditadura revolucionária do proletariado*" (Crítica do Programa de Gotha).

O caráter revolucionário do marxismo parece ter sido abandonado pelas atuais organizações e partidos políticos que o reivindicam. Na atual crise econômica na fase decadente do imperialismo, suas atuações, mobilizações e programas situam-se totalmente assimilados no interior no Estado burguês e não permitem nenhum avanço na discussão estratégica sobre a tomada de poder e destruição desse mesmo Estado. Posições que se assemelham ao que já criticava Marx na social-democracia, "consiste em exigir instituições democrático-republicanas, não como meio para abolir ao mesmo tempo os dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas para atenuar o seu antagonismo e convertê-lo em harmonia" (O 18 Brumário de Luis Bonaparte). Marx, ao analisar os processos revolucionários, concluiu que todos só aperfeiçoaram a máquina estatal sem destruí-la. Só o proletariado organizado de forma independente é capaz de realizar essa destruição e impor a sua ditadura, que nada mais é que a sua dominação de classe, diferenciando-se das demais por ser de uma maioria contra uma minoria. "(...) o proletariado agrupa-se cada vez mais em torno do socialismo revolucionário, em torno do comunismo (...) Esse socialismo é a declaração da permanência da revolução, a ditadura de classe do proletariado como ponto de trânsito necessário para a abolição das diferenças de classe em geral, para a abolição de todas as relações de produção em que aquelas se apóiam, para a abolição de todas as relações sociais que correspondem a essas relações de produção, para a revolução de todas as idéias que decorrem dessas relações sociais" (A Guerra Civil na França).

VIVA A IV INTERNACIONAL, O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA!

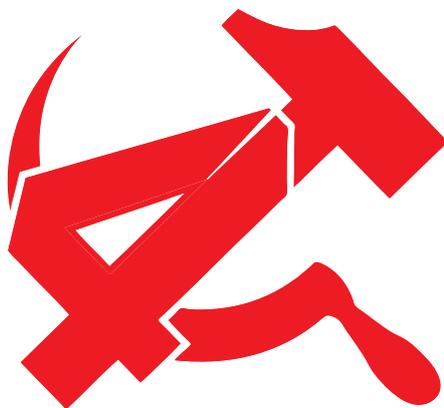
Em 3 de setembro de 1938, se realizou a conferência de fundação em Paris, na qual 26 delegados representaram 11 seções de 29 afiliadas (segundo informe do Secretariado Internacional). Trotsky não pôde comparecer, já que ele estava exilado no México. Várias delegações não puderam viajar por diversos problemas, como perseguições ou dificuldades econômicas (não se pode esquecer que o stalinismo buscava impedir a formação da Internacional). Um dos organizadores, Rudolph Klement, foi assassinado antes da conferência e muitos documentos importantes foram perdidos. Erwin Wolf e Leon Sedov, filho de Trotsky, também foram mortos pela GPU pouco antes da realização da Conferência.

Trotsky defendia a necessidade da formação da IV Internacional, com o objetivo de regenerar uma direção revolucionária frente ao declínio da Terceira Internacional dirigida pelo stalinismo.

Diante do cenário mundial, que se encaminhava para a Segunda Guerra Mundial depois de inúmeras derrotas em processos revolucionários como o espanhol ou alemão, no qual o stalinismo provou ser uma direção contrarrevolucionária, era necessário recuperar uma continuidade teórica e política do marxismo

revolucionário, tão espancado naquele momento.

A formação da IV Internacional tinha a intenção de criar uma nova direção revolucionária, com um Programa de Transição, que foi a expressão dos resultados da revolução russa generalizada para todo um processo.



Levantou as tarefas históricas do proletariado para destruir o sistema capitalista.

Oitenta anos após sua formação, essas tarefas históricas permanecem intactas, mas ainda subsiste o problema da liderança revolucionária. Retirar as lições programáticas das várias tendências centristas que dirigiram a IV Internacional até seu desa-

parecimento virtual, é uma tarefa necessária para recuperar o Programa de Transição da influência estatista, sindicalista e reformistas que levaram a que muitas correntes se degenerassem e se adaptassem ao sistema capitalista.

Reconstruir a IV Internacional é tentar resolver a crise de direção revolucionária e preparar a luta pelo poder, recuperar o Programa de Transição e desdobrar a ação revolucionária frente a uma crise global que segue seu curso.

Os revolucionários nos encontramos diante de processos históricos sem precedentes: um processo de decomposição do imperialismo e um processo de assimilação dos ex-Estados Operários. Porém, temos ferramentas teóricas e políticas deixadas pelo marxismo. A teoria de Marx e Engels, a teoria da Revolução Permanente, a do imperialismo, a teoria do Partido Revolucionário, o programa das Internacionais em sua fase revolucionária, o Programa de Transição e muitas lições programáticas de processos vivos de luta de classes.

Fazemos nossas, a 80 anos da formação da IV Internacional, a definição programática da IV que fazia Trotsky. A Quarta Internacional pode ser definida em três palavras: Pela ditadura do proletariado!

LIGA OPERÁRIA INTERNACIONALISTA - LOI

Novo e-mail:

loiposicaodeluta@gmail.com